

NEOLIBERALISMO NO BRASIL: ADAPTANDO-SE AOS NOVOS REQUERIMENTOS DO CAPITAL (OU A "MODERNIZAÇÃO" DE FHC)

O artigo é parte integrante da tese de doutorado realizado na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar/Brasil, em 2003.

GT12-Globalização, integração regional e sub-regional

ANA LÚCIA DE SOUSA¹
Universidade Federal de Roraima - Brasil

Resumo

Esse artigo discute as formas como o Brasil se inseriu no processo de reconfiguração do sistema capitalista mundial, sob hegemonia das ideias neoliberais. Para isso fez-se, numa perspectiva histórica, buscando entendimento da realidade concreta em sua totalidade, revisão bibliográfica, análise documental e estatística referentes à realidade brasileira, que expressam, também dissimulam, interesses de classe. O estudo permitiu perceber que a inserção do país no espaço mundial das finanças privadas e desreguladas, via projeto neoliberal, teve como consequência uma deteriorização das condições de vida da população, realidade compartilhada com a América Latina. Com esse estudo pretende-se estimular a retomada do pensamento e ação críticas, tendo em vista construir uma realidade diferente da que se apresenta.

Palavras chave: Capitalismo, neoliberalismo, reforma do Estado.

NEOLIBERALISMO NO BRASIL: ADAPTANDO-SE AOS NOVOS REQUERIMENTOS DO CAPITAL (OU A "MODERNIZAÇÃO" DE FHC)

Na análise sobre as principais mudanças do sistema capitalista, a partir da década de 1970, buscamos aqui referir o lugar do Brasil nesse processo, ou seja, de que maneira e até que ponto o país tem respondido às pressões dos centros capitalistas que comandam o mundo para adoção de políticas neoliberais.

Um olhar mais apurado sobre o cenário político, econômico, cultural e social do Brasil, na década de 1990, nos permite perceber que as respostas institucionais às demandas das grandes empresas nacionais e multinacionais e dos organismos internacionais são intensamente positivas - sob a ótica dessas teorias, é óbvio.

Na década de 1980, o fim do regime militar, imposto no país na década de 1960, trouxe à cena política a ampliação das lutas populares, da capacidade de organização social. Nesse período, as forças progressistas buscaram soluções aos problemas sociais criados pela crise que o país atravessava - junto com os demais países da América Latina -, decorrente da dívida externa e do novo contexto econômico internacional, quando a inflação se tornou a grande vilã na vida dos brasileiros, com base num conjunto de valores hierarquizados a partir de um objetivo central: o bem-estar econômico e social da população brasileira (Fiori, 2001). Nesse sentido cresceram as discussões em torno da elaboração da nova Constituição em 1988.

¹ Professora do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima – UFRR/Brasil.

A ampla mobilização política dos setores populares possibilitou conquistas consideráveis no plano jurídico-institucional, com a Constituição Federal de 1988.

Ao mesmo tempo, no plano internacional, acirrava-se a contra reforma neoliberal, que colocava em xeque o Estado do bem-estar social. Dessa forma, enquanto no Brasil eram proclamados direitos democráticos e incipientes instrumentos de regulação da dinâmica capitalista, no plano internacional esses mecanismos estavam sendo questionados em nome da desregulamentação, flexibilização e privatização da economia.

Nesse processo, as discussões que dominaram o cenário político e ideológico na segunda metade dos anos 1980, como democracia e participação popular, foram cedendo lugar e sendo substituídas, ao longo dos anos de 1990, por uma agenda economicista que demonstrava com clareza os rumos que o país tomaria: os conceitos de construção democrática, participação popular, justiça social foram substituídos por estabilização monetária, governabilidade, produtividade e competitividade.

Foi nesse contexto que surgiu o “Plano Real”, programa de estabilização econômica calcado nos dogmas monetaristas do FMI, que instituiu o real como moeda nacional, tendo como base a paridade com o dólar norte-americano.

O Plano tinha como principal objetivo a estabilização dos preços, o que resultava atrativo face à superinflação que o país enfrentava, desde a década de 1980, e aos sucessivos fracassos de planos econômicos elaborados com objetivos semelhantes: Plano Cruzado, Plano Verão, Planos Collor I e II.

O ajuste fiscal foi, desde o início, um dos pilares do plano, pois a equipe econômica então no poder apontava como causa da inflação um excesso de oferta de dinheiro, gerado pelo déficit do setor público. Daí a necessidade de um ajuste fiscal, que veio com a criação do Fundo Social de emergência, formado por uma parcela de valores que a União repassa ordinariamente a Estados e Municípios. Esse fundo, à disposição do Governo Federal, representou uma recentralização da receita fiscal pela União, em detrimento de Estados e Municípios, revertendo, na prática, a descentralização dessas receitas garantidas na Constituição de 1988.

Entre as medidas adotadas pelo governo sob pretexto de atingir o equilíbrio orçamentário, estavam a privatização de empresas públicas de serviços (eletricidade, água, telefonia) e as reformas do Estado e da previdência. Mesmo com essas medidas, e o patrimônio público ter sido leiloado, a dívida líquida do setor público continuou aumentando nesse período: a relação dívida líquida/PIB, que era de cerca de 29% ao final de 1994, chegou a 41% em 1998 (Matoso, 1999).

Outro pilar de sustentação do Plano Real, para garantir a estabilização dos preços, foi a chamada “âncora cambial” – taxa cambial fixada em US\$ 1,00 = R\$ 1,00. Esta, aliada à abertura dos mercados – já iniciada no governo Collor e agora intensificada -, resultou num crescimento acentuado das importações, em todos os ramos - alimentação, eletrodomésticos, têxtil, etc. -, representando um choque para a indústria nacional que, ou foi obrigada a baixar seus preços ou, por vezes, não teve condições de resistir à concorrência em que estava colocada. Até porque a maior parte desses artigos era importada não de países desenvolvidos, detentores de produtos de marcas mais prestigiadas, mas de países asiáticos em que o custo do trabalho era ainda menor que no Brasil (Singer, 1999).

Os preços dos produtos industriais caíram, é óbvio, de imediato, em função dos preços dos produtos importados, com consequente queda da inflação:

No primeiro semestre de 1994, o Brasil importou mercadorias no valor de 13,1 bilhões de dólares; no segundo semestre, quando o plano real começou a vigor, este valor subiu a 20 bilhões. De um semestre a outro, a nossa importação subiu 52,7% em valor. (...) Obviamente, a estabilização via 'âncora cambial' estava exigindo o dispêndio de grandes quantidades de divisas no exterior. O segredo do sucesso do Plano Real estava no rápido aumento da entrada de capitais externos no país,

refletidas no saldo da balança de capitais: 10,1 bilhões de dólares em 1993, 14,3 bilhões em 1994 e 30,7 bilhões em 1995 (Singer, 1999: 32).

Finalmente, em termos de seu objetivo principal, a estabilização dos preços, o Plano Real foi um sucesso. Um sucesso que não pode ser descrito apenas em termos da estabilidade econômica, que permitiu, apesar dos seus altos custos sociais. A eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1994, em primeiro turno deve-se, fundamentalmente, à sua apresentação como responsável pelo plano, bem como a sua capacidade de aglutinação das forças políticas, numa aliança de centro-direita. Com efeito, a coalizão de forças formada em torno do novo presidente mostrou, de forma clara, uma confluência de interesses em torno das propostas supostamente "modernizadoras", mas que de fato implicavam a adesão completa e incondicional aos termos do "Consenso de Washington" e das políticas neoliberais.

Com efeito, o primeiro mandato de FHC mostrou sua face logo de início, com a inviabilização do projeto social contido na Constituição de 1988, por meio de uma reforma/revisão constitucional que, a pretexto de acabar com supostos "privilégios", ou "injustiças", ou ainda como "financeiramente insustentáveis", atacou frontalmente os direitos sociais: a 'reforma da previdência' é exemplo claro desse processo.²

A reeleição de FHC significou, obviamente, a continuidade desse processo. A grande imprensa nacional, sempre tão empenhada em anunciar as propostas do governo como as "únicas possíveis" para o "bem" do país, já não conseguia esconder o fato de que os recursos destinados aos chamados 'programas sociais' do governo não tinham sido empregados, embora o lançamento de cada um desses programas tivesse se dado com grande publicidade.

Analisando a questão da soberania dos Estados nacionais e sua relação com a globalização econômica, Fiori (2001) observa que a soberania dos Estados latino-americanos foi sempre frágil, e que a aplicação uniforme das políticas e reformas neoliberais, nessa região, com a desregulação dos mercados e abertura das fronteiras econômicas, tem significado a submissão das moedas e economias desses países às decisões dos países centrais e dos agentes financeiros privados globais.

Enquanto os países da América Latina, em geral, viviam a crise da dívida externa, com índices de inflação que os deixaram arrasados socialmente, os países de capitalismo avançado já se preparavam para intervir nesses países, apontando "saídas", nas reuniões de cúpula dos países ricos, via organismos internacionais, para resolver a crise dos países subdesenvolvidos, introduzindo nesses as políticas do programa ultraliberal.

O pensamento conservador, que está nas bases desse processo, apontava os "excessos de políticas sociais e de democracia" como responsáveis pelas crises financeiras, fertilizando as opções econômicas com a ideologia apropriada.

A saída apontada para a crise da América Latina foi a renegociação de sua dívida externa, para que esses países continuassem a ter acesso aos investimentos estrangeiros. Obviamente, a renegociação da dívida envolveu a aceitação de um programa de reajustes estruturais, necessários às reformas liberais em curso no mundo. No centro desse processo, a abertura de suas economias ao grande capital internacional através da desregulamentação dos mercados de capitais e da privatização do patrimônio público.

² Ver sobre o assunto Werneck Vianna (1999) e Paulo Neto (1999). Neto afirma que o projeto de FHC, no que toca às políticas sociais, fere especialmente a seguridade social "porque nela está o nervo das políticas centrais para as massas trabalhadoras". Isto se dá em duas orientações gerais: a privatização e a mercantilização. A primeira refere-se especialmente à política de assistência, transferida para a sociedade civil, de forma despolitizada, reduzindo-a à filantropia, retirando-lhe o estatuto de direito social. Já a mercantilização envolve prioritariamente a saúde e previdência: trata-se de, reservado ao Estado um papel residual, entregar ao mercado a organização e gestão dos seguros sociais e de saúde. (87/88)

A abertura comercial e financeira do Brasil - intensificada por Collor de Melo - foi fortemente consolidada por Fernando Henrique, tornando-se incompatível com qualquer projeto de desenvolvimento ou de políticas setoriais de defesa da produção e do emprego nacionais. Ao contrário, tais propostas foram caracterizadas como corporativistas ou inflacionárias (Matoso, 1999), fazendo vista grossa para o fato de os países ricos, que vêm impondo as reformas liberais na periferia do sistema, adotarem políticas protecionistas.

As consequências dessa política no mercado de trabalho foram dramáticas. Não apenas o desemprego alcançou níveis alarmantes, acima de 7% em 1998, como o emprego formal contraiu-se mesmo quando a economia cresceu; ao mesmo tempo em que aumentava a informalidade e a miséria.

As políticas de combate ao desemprego, porém, situaram-se no campo da desregulamentação do mercado de trabalho, ou seja, da flexibilização das regras de contratação, uso, remuneração e dispensa da força de trabalho (Matoso: 1999).

As políticas monetárias restritivas adotadas para o combate à inflação foram acompanhadas da alta da taxa de juros nominais, provocando uma desaceleração do crescimento econômico e o desequilíbrio das contas públicas, que aprofundou a "crise fiscal do Estado":

Como as taxas de juros passaram a ser sistematicamente superiores às taxas de inflação e de crescimento, transformaram-se em fonte de expansão contínua dos déficits públicos, que, alimentados pelos juros, aprisionaram e paralisaram as políticas públicas. (Fiori, 2001: 123).

Todas as medidas adotadas pelo Estado brasileiro no sentido de cumprir as metas acertadas no acordo com os credores internacionais, monitorado pelo FMI e BIRD, eram dissimuladas com um discurso em prol da "governabilidade".

Fiori lembra que o termo 'governabilidade' surgiu nos anos de 1960, com uma acepção, e foi tomando outros significados nos anos subsequentes. Nos anos de 1960, quando o pensamento conservador qualificava as crises dos países industrializados e da periferia capitalista como "crise da democracia", causada, naturalmente, pelo "excesso de democracia", o debate, que se dava em torno da "construção democrática", foi desviado para a ideia de "estabilidade política" que podia ser ainda substituída por "preservação da ordem" ou "governabilidade".

Foi com essa face que o termo foi se inscrevendo no espaço político brasileiro, quando se começou a construir, a partir do final dos anos de 1980, mas de modo acentuado nos anos 1990, um consenso no sentido de minar todas as resistências à implementação das reformas neoliberais que, segundo seus principais defensores, levaria o país à era da 'modernidade', apontando para uma perspectiva de globalização enquanto 'integração' de todos os povos, com homogeneização progressiva da riqueza e do desenvolvimento por meio do livre comércio e livre circulação de capitais.

Tratou-se, na verdade, da adesão quase religiosa de nossas elites ao projeto liberal-conservador personificado por Margareth Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (EUA).

Um processo que impôs nos países periféricos – agora batizados de "mercados emergentes" (suprime-se a condição de país para enfatizar a condição de mercado, dando clara manifestação da primazia da economia sobre a política) – a necessidade de correr atrás dos investimentos financeiros, numa concorrência desenfreada, com ampla oferta de vantagens para investimentos em seus territórios (o que implica redução de níveis salariais, eliminação de regulamentações dos mercados de trabalho e redução de cargas fiscais). Outro aspecto dessa adesão é a necessidade de tornar esses mercados atraentes para os investimentos estrangeiros, minimizando-se os fatores de risco com relação a seus investimentos. Isso significa manter estáveis as expectativas dos

investidores por meio de uma imagem externa de credibilidade, dando-lhes a certeza da manutenção das ‘regras do jogo’.

Ora, na medida em que a economia desses países fica dependente das flutuações internacionais de capitais, a existência de crises internas pode provocar uma fuga desses capitais para outras regiões, o que faz com que os governantes assumam uma postura de impedir a manifestação de qualquer forma de oposição, no sentido de construir uma imagem de consenso nacional em torno das políticas que vêm implementando.

Dessa forma, as democracias extremamente frágeis da América Latina vão sendo limitadas cada vez mais, adequando-se às exigências do novo regime de acumulação financeirizado.

O Presidente FHC conseguiu, ao longo dos anos de 1990, amalgamar os mais distintos interesses em favor do projeto político e econômico neoconservador, com ampla sustentação dos meios de comunicação de massa, instrumento fundamental da construção – rápida e eficaz – do consenso em torno dessas políticas, levando aos mais distantes cantos do país a ideia de que estava sendo feito não apenas o melhor possível, mas a única coisa que poderia ser feita para inserir o país no “mundo globalizado”.

Todas as demandas sociais possíveis de perturbar a ordem em curso foram convenientemente neutralizadas, seja no movimento sindical, cada vez mais fragmentado e desorganizado; nos movimentos pela reforma agrária com as sucessivas tentativas de desmobilizar e desmoralizar o Movimento dos Sem-Terra (MST); seja no movimento indígena, barrado quando tentou buscar um lugar nas comemorações dos 500 anos do “Descobrimento do Brasil”.

Outro expediente comum no dia-a-dia do governo FHC faz parte da estratégia de considerar as opções feitas por seu governo em termos político, econômico e social, com fortes implicações no campo cultural, como as “únicas possíveis”. Nesse sentido, todas as manifestações contrárias à afirmação dessa política foram classificadas como atrasadas, pois contra o ‘progresso’ do país e sua modernização. Em seus discursos, ficava clara a intenção de desqualificar opositores da ‘ordem’ por meio de termos que vão de “neobobos”, “incompetentes” até “neofascistas”.

Os resultados da implementação desse projeto para a frágil democracia brasileira são significativos. Lins & Stepan (1999), em análise da transição e consolidação da democracia em países do sul da Europa e da América do Sul,³ classificam o Brasil como um caso de “democracia não consolidada”. Tal classificação se dá a partir da análise de cinco componentes críticos considerados necessários para uma democracia consolidada: um sistema de lei e justiça ao qual o cidadão possa recorrer; uma sociedade civil capaz de dar voz a suas reivindicações; um Estado que desempenhe as funções coletivas de importância vital; e uma sociedade econômica que produza tanto imposto quanto riqueza. Segundo os autores, cada um dos cinco componentes apresenta problemas que, não havendo mudanças importantes, podem levar a um colapso da democracia.

Com relação ao primeiro e terceiro itens, eles consideram o fato de que a justiça está praticamente ausente no que diz respeito a investigar e processar os episódios de violência contra a população pobre da zona rural:

Entre 1964 e 1989, 1566 cidadãos (trabalhadores rurais, índios e alguns advogados e religiosos) foram mortos em conflitos envolvendo disputa de terras. Apenas dezessete pessoas foram levadas a julgamento por essas mortes. Apenas oito foram condenadas. A impossibilidade do acesso dos cidadãos comuns à justiça é graficamente demonstrada pelo fato de que, dessas oito condenações, três casos envolviam padres, outros três envolviam advogados e dois envolviam organizações internacionais de defesa dos povos indígenas (Lins & Stepan, 1999: 213).

³ Os países são: Espanha, Portugal, Grécia, Uruguai, Argentina, Chile e Brasil

Nas áreas urbanas o Estado está presente por meio da polícia, mas o uso da força letal é extremamente elevado. Em 1990, na cidade de São Paulo, a relação entre policiais mortos e cidadãos mortos em troca de tiros durante ações policiais foi de 28 cidadãos para 01 policial; na grande São Paulo, onde vive a maior parte da população pobre, a relação foi de quase 40 para 1. (Lins & Stepan, 1999: 213/214).

Os indicadores sociais correspondentes aos anos de 1990, principalmente com relação à distribuição de renda, desanimam prognósticos mais otimistas: em 2003 o Brasil era vice-campeão em desigualdade de renda no mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, um pequeno país africano que foi colônia inglesa até 1961, e que tem uma economia basicamente agrária. Segundo dados do Banco Mundial, em 1998 o Índice Gini (que mede a distribuição de renda no mundo) do Brasil era 60,1 - o de Serra Leoa, o primeiro em desigualdade de renda, é 62,9. Quanto maior o coeficiente, maior a desigualdade de renda (Gonçalves, 1999: 62). Ou seja, o Brasil é um dos primeiros em todas as listas que medem desigualdade de renda e concentração de riqueza, e isso explica o elevado nível de pobreza num país que está entre as maiores economias do mundo, com abundantes recursos naturais. A concentração das riquezas no país chega a impressionar: o grupo 1% mais rico da população brasileira controla cerca de 53% de todo o estoque de riqueza do país, o que, em dados de 1995, equivalia a cerca de 1 trilhão de dólares, o que demonstra que os elevados níveis de pobreza e de desigualdade no país são resultados não da escassez de recursos, mas de processos históricos concentradores (Gonçalves, 1999).

A inserção do país no espaço mundial das finanças privadas e desreguladas, via projeto neoliberal, portanto, teve como consequência uma deteriorização das condições de vida da população. Realidade que o Brasil comparte com toda a América Latina:

A média de crescimento de todo o continente, para o decênio liberal, deve ficar em menos de 3%, quando foi de 5,5% anuais durante os trinta anos de “populismo econômico desenvolvimentista”. No caso brasileiro, as cifras são ainda mais contrastantes, porque a média anual de crescimento, entre 1945 e 1980, ficou entre 7% e 8%, e a taxa da década neoliberal será ainda menor do que a da “década perdida”. E, o que é mais doloroso, “dezoito anos após o desencadeamento da crise da dívida externa de 1982, a região continua com índices de pobreza e indigência vários pontos percentuais acima dos prevaletentes no início dos 80, enquanto no Brasil o emprego declinou em média 0,3% e o desemprego saltou de 5,6% para 7,2%” (...). Todos os dados apontam na mesmadição: o aprofundamento das desigualdades na América Latina e entre a região e o mundo desenvolvido (Fiori, 2001: 125/126).

Os progressos e benefícios da economia globalizada se restringiram e concentraram nos países mais ricos. O estreitamento do acesso dos países periféricos ao conhecimento e às tecnologias de ponta, cada vez mais concentrados naqueles, coloca esses países na condição de meros “consumidores” dos progressos tecnológicos. Considerando as condições internas desses países, apenas uma pequena parcela de suas populações tem acesso, e parcial, a esses benefícios.

O argumento de que o dinamismo econômico é importante instrumento para redução da pobreza, alardeado por FHC e seus correlatos na América Latina, tem sido confrontado com a realidade, que vem demonstrando que a desigualdade pode aumentar num cenário de crescimento econômico. Reinaldo Gonçalves (1999) observa que as evidências mais recentes indicam o oposto, ou seja, que a distribuição de riqueza e renda tem um impacto positivo sobre o crescimento econômico:

O aparente paradoxo aparece quando se constata que a desigualdade de renda no Brasil esteve associada, ao longo deste século, com uma alta taxa de crescimento da renda (uma das maiores do mundo entre 1900 e 1980). E mais, no final do século XX, a economia brasileira é considerada a oitava maior economia do mundo. O resultado é o maior dilema brasileiro: a convivência de um estrato pequeno da população de alto padrão de vida com dezenas de milhões de miseráveis (Gonçalves, 1999: 47).

Percebe-se, assim, que as mudanças que vêm se verificando nos últimos trinta anos, no mundo, e nos últimos vinte anos, no Brasil, estão longe de se limitar aos espaços da economia. Da mesma forma estão longe de “modernizar” o Brasil no sentido de fazê-lo “avançar”, como falava Collor e, em seguida, FHC. Se é verdade que tais mudanças servem para inserir o país no “mundo globalizado” – leia-se economia ou finanças globalizadas -, não é menos verdade que essa inserção se dá à custa do aumento da exploração dos trabalhadores, da extinção do pouco que se conseguiu até hoje em termos de direitos sociais e trabalhistas, bem como da imposição de uma concepção de mundo cujo parâmetro é a lei do mercado, ou seja, pautada na competição e no individualismo exacerbado; concepção de vida que, no limite, elege a capacidade de consumo como símbolo de sucesso e cidadania.

O esvaziamento do conceito de democracia, com sua redução ao ritual do voto, promovido pelo credo neoliberal e seu ordenamento econômico, tem permitido a coexistência do regime junto com um modelo de produção extremamente excludente. Nesse contexto, a política é uma dimensão cada vez mais restrita na vida dos cidadãos.

Francisco de Oliveira (1999) nos lembra que, no Brasil, todo esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, decorreu quase inteiramente da ação das classes dominadas; e de como as classes dominantes sempre usaram sua força (com expedientes o mais abusivos possível) para anular essa construção, a participação, tão fundamental para a formação da cidadania.

Nesse sentido, a retomada do pensamento e da ação crítica é vital, para que, a partir das instituições que temos (sindicatos, partidos, associações, entre outras), possa ser iniciado um processo não apenas de resistência, mas também de construção de uma realidade diferente da que se nos apresenta.

Referências bibliográficas

Neste item apontamos, além das obras citadas, outras que serviram de referência para as análises empreendidas.

ALTVATER, Elmar. O Preço da Riqueza. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly J. Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial. Rio de Janeiro, Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

BORON, Atilio A. Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BORON, Atilio A. Os "*novos leviatãs*" e a *pólis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Organizadores). Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BORON, Atilio. A Coruja do Minerva: Mercado contra Democracia no Capitalismo Contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.

- BRASIL. MEC. Planejamento Político estratégico, 1995-1998. Brasília, 1995.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. O Brasil e o Mundo no Século XXI. 1996.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: Para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo, Ed. 34, 1996.
- CHUSSUDOVSKY, Michel. A Globalização da Pobreza: Impactos das Reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo, Moderna, 1999.
- COMPARATO, Fábio Konder. Educação, Estado e Poder. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1987.
- COMPARATO, Fábio Konder. Réquiem para uma Constituição. In: LESBAUPIN, Ivo (Org). O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e Política – A dualidade de poderes e outros ensaios. Rio de Janeiro, Cortez, 1994.
- FIORI, José Luís. Brasil no Espaço. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- FIORI, José Luís. Os Moedeiros falsos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- GONÇALVES, Reinaldo. Distribuição de riqueza e renda: alternativas para a crise brasileira. In: LESBAUPIN, Ivo (Org). O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- GOUNET, Thomas. Fordismo e Toyotismo na civilização do Automóvel. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Ed. Civilização Brasileira, 1988.
- HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HAYEK, F. V. O caminho da Servidão. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1984.
- HUNTINGTON, Samuel P. A Terceira Onda: a Democratização no Final do Século XX. São Paulo, Editora Ática, 1994.
- IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais (SIS). 2011.
- JAMESON, F. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo. São Paulo: Ática, 1996.
- KONDER, Leandro. A questão da Ideologia. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- LESBAUPIN, Ivo (org). O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- LINS, Juan J. & STEPAN Alfred. A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- MARQUES, Ivan da Costa. O Brasil e a abertura dos mercados: o trabalho em questão. São Paulo: ABET, 1998.
- MARX, K. A Ideologia alemã. São Paulo, Hucitec, 1989.
- MARX, K. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: Obras Escolhidas. São Paulo, Alfa Omega, 1982.
- MARX, K. Para a Crítica da Economia Política. Prefácio. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MATOSO, Jorge. Produção e emprego: renascer das cinzas. In: LESBAUPIN, Ivo (Org). O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Relatório Territorial Brasil 2013. 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia (organizadores). Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

- PAULO NETO, José. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org). O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SADER, Emir. Estado e Política em Marx. São Paulo, Cortez, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela Mão de Alice: o Social e o Político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.
- SINGER, Paul. A Raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (Org). O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SINGER, Paul. Globalização e Desemprego: diagnostico e alternativas. São Paulo, Contexto. 1999.
- TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo A. Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez. 1998.
- WERNECK VIANNA, Maria Lúcia. As armas secretas que abateram a seguridade social. In: LESBAUPIN, Ivo (Org). O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.